

A VIDA PÓSTUMA DE UM HISTORIADOR NACIONAL:
CAPISTRANO DE ABREU (1853-1927), MEMÓRIA E BIOGRAFIA

Rebeca Gontijo

Doutoranda da UFF

O historiador João Ribeiro disse certa vez que a vida de Capistrano de Abreu prestava-se a um “verdadeiro romance, como esses que estão em moda na biografia”.¹ Esse “romance” poderia começar, por exemplo, contando que o biografado, reconhecido como o maior historiador brasileiro da virada do século XIX, nasceu no interior do Ceará, em outubro de 1853, e morreu no Rio de Janeiro, em agosto de 1927, aos 74 anos. Entre uma coisa e outra se estenderia o “fio” de sua vida, recuperando, através de detalhada costura, os momentos considerados importantes de sua trajetória da infância à velhice. Pontos e bordados destacariam aspectos vistos como relevantes para a compreensão do personagem principal: seus encontros, escolhas, reveses, as encruzilhadas surgidas ao longo do caminho, por vezes, apontando um detalhe, um toque do destino capaz de explicar atitudes e opções.

Muito já foi dito a respeito da ilusão de unidade e coerência que esse tipo de narrativa promove² e muito já foi feito no sentido de desqualificar o empreendimento biográfico e, ao mesmo tempo, anular ou restringir o papel dos indivíduos na história.³ Mas, eis que, várias das discussões importantes da historiografia contemporânea relacionam-se à biografia. O problema que norteia essas discussões é aquele dos limites da liberdade e da racionalidade humanas, subjacente ao da relação entre indivíduo e sociedade que, por sua vez, remete a um dos paradoxos da história: aquele que opõe o particular ao geral.⁴ A abordagem do tema biografia coloca, portanto, quase que inevitavelmente, o problema nada simples das relações entre o indivíduo e a história. Afinal, como lembra Jacques Le Goff, o indivíduo é um dos “*inevitáveis objetos da história*” (ao lado do acontecimento e da política),⁵ ainda que algumas vezes tenha sido possível supor o contrário.

A biografia é uma prática moderna, diretamente relacionada ao individualismo⁶ e à idéia de que a vida corresponde a uma trajetória dotada de sentido, possível de ser contada por meio de uma linha que liga começo, meio e fim. Trata-se de um tipo de escrito caracteristicamente híbrido, pois articula elementos distintos, oriundos de diferentes épocas, tradições e gêneros de escrita: das histórias de vida da antiguidade, passando pelas hagiografias medievais, pelas biografias renascentistas até o elogio dos “grandes homens” e as modernas biografias dos séculos XVIII e XIX.⁷

Ainda que a prática de escrever histórias de vida existisse desde a antiguidade e que diversas formas de escrita de si possam ser localizadas ao longo do tempo, a idéia de que a vida é uma história começou a se esboçar somente no século XVIII. A biografia surgiu como gênero literário quando a experiência individual passou a ser relacionada a uma dimensão global, geralmente orientada. Ou seja, quando a experiência de cada um pôde ser pensada como algo dotado de sentido.⁸ A idéia de progresso autorizou a visão de que o indivíduo passa por um processo de desenvolvimento.⁹ Assim, a narrativa biográfica pôde se afirmar como um escrito retrospectivo, capaz de construir ou inventar uma imagem coerente do indivíduo biografado.

No Brasil, observa-se a existência de uma tradição no uso da biografia como meio de humanizar a história e, ao mesmo tempo, difundir uma pedagogia cívica através do exemplo de uma vida.¹⁰ Mas, apesar dessa importância pedagógica, a produção de (auto)biografias¹¹ na forma de livros no século XIX e nas primeiras décadas do XX, pode ser considerada escassa, destacando-se duas obras de Joaquim Nabuco, *Um estadista no Império* (1898) e *Minha formação* (1900), ambas divulgadas na imprensa antes da publicação em livro. O primeiro, uma espécie de história do Império, elaborada a partir da trajetória do Conselheiro Nabuco de Araújo e, o segundo, um misto de autobiografia e literatura de formação do próprio autor.¹² No entanto, foi grande o investimento feito pelos institutos históricos, particularmente, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no sentido de compor galerias de “homens ilustres”, através de elogios, saudações¹³ e necrológios. Foi nas

páginas da revista do IHGB que, em 1840, surgiu uma seção inteiramente dedicada a homenagear os mortos ilustres.¹⁴

Entre meados do século XIX e a década de 1930, outras obras, além das já citadas, chamam a atenção por utilizar recursos biográficos, observando-se variações entre os usos da biografia: 1) na produção historiográfica, como, por exemplo, em *D. João VI* (1908), de Oliveira Lima; 2) no romance histórico, como *O príncipe de Nassau* (1926), de Paulo Setúbal; 3) no romance propriamente dito, como *Memórias do sobrinho de meu tio* (1868), de Joaquim Manuel de Macedo; *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis; *No hospício* (1905), de Rocha Pombo; e *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia, espécie de autobiografia romanceada; 4) nas memórias pessoais, entre as quais: *Como e porque sou romancista* (1893), de José de Alencar; *Reminiscências* (1908) e *Trechos de minha vida* (1911), do Visconde de Taunay; e *O meu próprio romance* (1931), de Graça Aranha; 5) na literatura escolar, distinguindo-se os livros didáticos e os chamados “livros de leitura”;¹⁵ e, é claro, 6) nas próprias biografias, como *José Bonifácio, o velho e o moço* (1920), de Afrânio Peixoto. É possível localizar, também, uma série de artigos com teor biográfico publicados em jornais, revistas, separatas e/ou reunidos em coletâneas, tais como: *Simon Bolívar* (1911), de Rocha Pombo;¹⁶ *O Duque de Caxias* (1903) e *Francisco Ramos Paz* (1920), ambos de Capistrano de Abreu etc.

Não se trata de classificar todos os trabalhos citados como biografias, mas de considerá-los como obras que mobilizam recursos da biografia na construção de diferentes tipos de texto.¹⁷ Trata-se de pensar, portanto, nos usos possíveis da biografia ou do biográfico na elaboração de trabalhos historiográficos, romances, livros didáticos, “livros de leitura escolar” e, como parece mais óbvio, nas memórias pessoais.¹⁸

Houve certa renovação do gênero nos anos 1920, relacionada à conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando se observa uma crise de valores éticos e políticos, capaz de estimular a discussão sobre a natureza humana e o sujeito individual. Mas, no Brasil, o verdadeiro *boom* veio a ocorrer entre as décadas de 1930 e 1950, quando se destaca a produção de Octávio Tarquínio de Souza, reunida nos 10 volumes da *História*

dos Fundadores do Império, publicados em 1958,¹⁹ além de livros como *Memórias: essas minhas reminiscências* (1937), de Oliveira Lima e *Minhas memórias dos outros* (1934), de Rodrigo Otávio.

Esses diferentes usos da biografia conviveram com as transformações historiográficas das primeiras décadas do século XX, que, progressivamente, se opuseram à escrita biográfica e à colocação do indivíduo no centro da história. Apesar da tradição no uso da biografia nas histórias política e literária brasileiras e, também, como forma de educação cívica, prevaleceu um “olhar desqualificador” sobre o empreendimento biográfico.²⁰

É reconhecendo esses diferentes usos da biografia no Brasil, que se propõe examinar o caso Capistrano de Abreu, observando o processo que o transformou em personagem público, através da construção de consensos em torno de seu nome.²¹ Ao estudar essa construção, observa-se que o culto a Capistrano foi iniciado ainda em vida, adquirindo contornos mais definidos após sua morte, em 1927. Por meio de uma série de atos e discursos é possível observar o investimento feito sobre o nome de Capistrano por seus contemporâneos e pelos que vieram depois. Entre esses atos e discursos está a elaboração de biografias. Analisando essas últimas, propõe-se uma indicação preliminar dos eixos que, supostamente, nortearam a construção biográfica em torno de Capistrano. Como fontes principais estão quatro livros: *Capistrano de Abreu (Vida e Obra do Grande Historiador)* (1953), de Pedro Gomes de Matos; *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico* (1953), de Hélio Vianna; *Capistrano de Abreu: Um homem que estudou* (1956), de Raimundo de Menezes; e *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica* (1965), de José Aurélio Saraiva Câmara.²²

No caso de Capistrano, observa-se a existência de um sólido consenso construído através de “juízos críticos” e anedotas contadas por seus contemporâneos e, entre esses, por aqueles diretamente ligados ao grupo de convívio, à rede de sociabilidades²³ do historiador. Assim, temos que ele próprio pode ser considerado como alguém que atuou, passiva ou ativamente, na produção de discursos sobre si mesmo e que, simultaneamente,

foi objeto do discurso dos outros. Supostamente, foi a partir dessa delicada relação entre o “eu” individual e os outros, que surgiu o perfil moral de um homem modesto, avesso às futilidades e a toda forma de vaidade, abnegado, dedicado aos amigos e familiares. Surgiu, também, o perfil complementar de um intelectual erudito, apaixonado pela pesquisa e pela leitura e não tanto pela escrita ou pela divulgação do próprio conhecimento. É com esse perfil moral e intelectual, construído através de “juízos críticos” e anedotas, que os biógrafos dialogam de modo mais ou menos crítico. Analisar esse perfil, identificando os elementos que o caracterizam, é fundamental para a compreensão dos eixos que parecem sustentar as narrativas biográficas.

Capistrano é definido por alguns como “um homem que estudou”,²⁴ alguém cuja erudição foi posta a serviço do conhecimento do país através de investimentos diversos como o estudo da geografia, da lingüística indígena e, sobretudo, da história colonial. A imagem de polígrafo prevalece em muitas falas, no entanto, é possível notar os investimentos que o conduziram ao domínio da História, ao longo do tempo. Sua trajetória podendo ser confundida com a própria história da História no Brasil.

Observa-se, também, o empenho de alguns intérpretes no sentido de reforçar os laços que uniam Capistrano à terra natal. Como muitos intelectuais de sua época, Capistrano deixara a província rumo ao Rio de Janeiro (Corte e, depois, Capital Federal), onde consolidou sua vida profissional. É notável o investimento na demarcação das origens sertanejas de Capistrano, que são também as do Brasil, segundo a interpretação predominante a partir da primeira metade do século XX. Origens onde alguns biógrafos vislumbraram as tendências de sua obra posterior. Afirmaram eles que a força de Capistrano, expressa em seus pensamentos, atitudes e escritos, emanava de sua origem sertaneja. A vida no sertão teria favorecido sua introspecção, seu amor pela leitura e sua capacidade reflexiva, não distraída pelo cosmopolitismo que, acreditavam alguns, influenciava as mentes do litoral.

Passando do perfil elaborado por Capistrano e seus contemporâneos às biografias (todas póstumas), propõe-se analisar as narrativas biográficas, a partir da identificação dos eixos temáticos sobre os quais essas narrativas, supostamente, foram ordenadas.

O primeiro eixo biográfico estaria relacionado ao homem Capistrano enquanto ser moral. Assim, as narrativas biográficas procuram caracterizar a modéstia de Capistrano, exemplificando-a através de casos e anedotas contadas por seus contemporâneos. Recuperando, portanto, um perfil anteriormente composto por aqueles que conviveram com o biografado. Capistrano é caracterizado por alguns, como um “beneditino das letras”, abnegado, avesso a vaidades e convenções sociais. Completando essa compreensão do homem Capistrano, está a idéia de alguém que fez a si próprio, um autodidata, que pelo exercício da vontade conduziu seu aprendizado. Essa interpretação ajuda a sustentar uma narrativa que, por vezes, adquire tom heróico, quando se afirma que o biografado teria superado grandes dificuldades ao longo da vida até conquistar o reconhecimento que lhe era devido. Por vezes, observa-se a conjunção entre dois fatores opostos: a vontade individual e o destino manifesto.

O segundo eixo biográfico diz respeito ao Capistrano intelectual, caracterizado como leitor apaixonado desde a infância, pesquisador insaciável, que falava várias línguas, do alemão ao caxinauá, e que dominava as principais teorias sociais de seu tempo, assim como, conhecia as principais fontes documentais sobre o Brasil.

Esse eixo apresenta duas variações freqüentemente associadas. Uma delas mostra o Capistrano estudioso do Brasil, que, devido a suas origens sertanejas e suposta ascendência indígena, estaria mais próximo da realidade nacional, do “verdadeiro” conhecimento do país. Capistrano surge, assim, como um intelectual que é símbolo da brasilidade. A outra, diz respeito ao Capistrano enquanto estudioso da história. Ao longo do tempo, a imagem de polígrafo deu lugar à de um historiador formado pela prática da pesquisa em arquivos, habilitado pelo trato com as fontes documentais, culminando com a caracterização de Capistrano como um historiador moderno.

Supostamente, esses eixos serviram de base para a construção biográfica sobre Capistrano, consolidando uma espécie de consenso, aparentemente imune a críticas ou dúvidas, com exceção daquela presente na indagação sobre porque esse historiador, considerado como o maior dos historiadores brasileiros, em termos de conhecimento e capacidade de estudo, efetivamente não escreveu uma história do Brasil. Como observou Francisco Falcon, os poucos críticos de Capistrano se detiveram muito mais sobre o que ele não fez do que sobre o que efetivamente produziu.²⁵

Para Tristão de Athayde, Capistrano de Abreu:

(...) é desses cujos íntimos dizem que não podemos conhecer sem tê-los conhecido... Desses de quem se fala sempre invocando uma anedota, um dito de espírito, um epigrama vingador. E cuja obra escrita não completa a figura, não explica tudo o que foram, nem a metade do que foram.²⁶

Desconstruir o consenso em torno de Capistrano, analisando as biografias elaboradas sobre ele, equivale a destrinchar a trama da memória que o tornou tão próximo de nós e, ao mesmo tempo, tão difícil de alcançar.

NOTAS

¹ RIBEIRO, João. *Crítica VI – Historiadores*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1961.

² BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” [1986]. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p.181-191.

³ SCHMIDT, Benito Bisso. “A biografia histórica: o ‘retorno’ do gênero e a noção de ‘contexto’”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Orgs.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre, UFRGS, 2000, p. 121-129.

⁴ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia” (1989). In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001 [1996], p.167-182. -

⁵ LE GOFF, Jacques. *Como escrever uma biografia histórica hoje?*. Tradução de Henrique Espada Lima Filho do original “Comment écrire une biographie historique aujourd’hui?”. *Le Débat*, n.54, mars-avril, 1989, p.48-53.

⁶ Sobre o individualismo, ver: CASTRO, Eduardo Viveiros & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “Romeu e Julieta e a origem do Estado”. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

⁷ LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p.149.

⁸ CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. *Estudos Históricos*, n.21, 1998, p.48.

⁹ LE GOFF, Jacques. “Progresso/reação”. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP, Unicamp, 1990, p.233-281.

¹⁰ ENDERS, Armelle. “O ‘Plutarco brasileiro’: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000, p. 41-62; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno*

movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. São Paulo, FFLCH-Dep. de História, tese de doutorado do PPGHS, 2003. Ver, também: BITTENCOURT, Feijó. “A biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista do IHGB*, vol. 240, jul.-set., 1958, p.127-151.

¹¹ LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil, 1996; CALLIGARIS, op. cit.; ALBERTI, Verena. “Literatura e autobiografia: a questão da narrativa”. *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 7, 1991, p. 66-81.

¹² Outros exemplos de (auto)biografias do século XIX: *Plutarco brasileiro* (1847), *Felinto Elísio e sua época* (1891) e *Memórias do meu tempo* (1897), todos de Pereira da Silva; *Biografia de frei Camilo de Monserrate* (1887), de Ramiz Galvão; *Épocas e individualidades* (1889), de Clóvis Beviláqua; *Esboços biográficos* (1858 e 1862), *Biografia de Hipólito José da Costa Pereira* (1871), *O general José Joaquim de Andrade Neves* (1869) e *Memórias do Visconde de São Leopoldo* (1873), todos do Barão Homem de Mello.

¹³ A entrada de novos sócios no IHGB era acompanhada por uma saudação, escrita por um dos membros. Essa saudação era publicada na revista do Instituto. No caso de instituições como a Academia Brasileira de Letras, além da saudação do novo sócio, era comum que esse fizesse o elogio de seus antecessores e, especialmente, do patrono de sua cadeira.

¹⁴ Refiro-me à seção “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes etc...” da *Revista do IHGB*. Ver ENDERS, op. cit.. Quanto aos dicionários bio-bibliográficos da primeira metade do século XX, destacam-se os de Guilherme Studart, *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense* (1910-1915); Liberato Bittencourt, *Homens do Brasil* (1914-1917); Sacramento Blacke, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (1883-1902); Argeu Guimarães, *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional* (1938); e Velho Sobrinho, *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro* (1940), entre outros.

¹⁵ A chamada “literatura escolar nacional”, que incluía livros didáticos e “livros de leitura”, também contribuiu para divulgar uma história calcada na biografia de “grandes homens”, por vezes tomando o indivíduo comum como fio condutor da narrativa.

¹⁶ O artigo de Rocha Pombo foi publicado no livro *Contos e Pontos*, de 1911. Nesse texto é possível localizar certo empenho no sentido de conjugar história e biografia. Ver observações a respeito em VECCHI, Roberto. “Estilhaços de ausências: vidas como texto em *Olga*, de Fernando Morais, e *No Hospício*, de Rocha Pombo”. In: DECCA, Edgar Salvadori de e LEMARE, Ria (Orgs.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas, Unicamp; Porto Alegre, UFRGS, 2000, p. 191-209. Vecchi analisa o romance *No hospício* (1911), de Rocha Pombo, identificando o uso de recursos biográficos.

¹⁷ Refiro-me ao uso de uma narrativa centrada na trajetória de um indivíduo, relacionando-a a acontecimentos históricos – por vezes, tecendo um paralelo entre a trajetória individual e a da nação – ou ficcionais. Ao identificar o uso de recursos biográficos em diferentes gêneros de textos é preciso lembrar duas antigas discussões. Uma, que analisa a relação entre biografia e história. Ver, por exemplo, MOMIGLIANO, Arnaldo. “History and biography”. In: FINLEY, Moses (Org.). *The legacy of Greece*. Oxford: University of Oxford Press, 1984, p. 155-184. Outra, que trata da questão do sujeito na narrativa literária. A esse respeito, ver ALBERTI, op. cit.; e LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, [1986].

¹⁸ A inspiração para essa proposição vem dos trabalhos já citados de Giovanni Levi (*Usos da biografia*, 1988) e de Roberto Vecchi (“Estilhaços de ausências”, 2000).

¹⁹ GONÇALVES, op. cit.. Márcia Gonçalves analisa as discussões internacionais sobre a biografia ocorridas após a I Guerra Mundial, recuperando o diálogo existente entre alguns intelectuais brasileiros e aqueles que eram então considerados como os mestres da moderna biografia: Lytton Strachey, André Maurois, Emil Ludwig e Stephan Zweig.

²⁰ Idem ibidem.

²¹ Sobre a relação entre produção biográfica, instituição de memória, processo de individuação e mitificação, ver, por exemplo: SOUZA, Adriana Barreto de. “Entre o mito e o homem: Caxias e a construção de uma heroicidade moderna”. *Locus – Revista de História*, vol. 7, n. 1, 2001, p. 93-106; MOURA, Cristina Patriota de. “Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco”. *Estudos Históricos*, vol. 14, n. 25, 2000, p. 81-101.

²² MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu* (Vida e Obra do Grande Historiador). Fortaleza, A. Batista Fontennele Editora, 1953; VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu*: ensaio biobibliográfico. S/I, Ministério da Educação e Cultura, 1953; MENEZES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu*: Um homem que estudou. São Paulo, Melhoramentos, 1956. CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1969.

²³ Sobre a noção de rede de sociabilidades, ver: SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

²⁴ FILHO, Rodrigo Otávio. “A vida de Capistrano de Abreu”. *Revista do IHGB*, vol. 221, out.-dez., 1953, p.47; e MENEZES, op. cit..

²⁵ FALCON, Francisco José Calazans. “As idéias e noções de ‘Moderno’ e ‘Nação’ nos textos de Capistrano de Abreu. Os *Ensaio e estudos*, 4ª série – comentários”. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol.12, n. 1 / 2, jan. / dez., 1999, p. 5-26.

²⁶ ATHAYDE, Tristão de apud MATOS, op. cit., p. 284.